



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA**  
**2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 27.JUNHO.98**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL ( LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**  
**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz DELVIO BUFFULIN - Presidente  
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Vice-Presidente  
Dr. JAYME BORGES GAMBÔA - Membro da OAB

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente  
Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO  
Dr. RENATO RUA DE ALMEIDA - Membro da OAB

**OBS.:** O gabarito desta prova será publicado no dia 30 de junho de 1998, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I , Parte II .

**COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA**  
**TRT/2ª REGIÃO**

Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - Torre B - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

## PROCESSO DO TRABALHO

1. Deferida liminar cautelar de natureza jurisdicional, a parte não ajuizou a ação principal dentro do prazo legal. Conseqüências:
  - a) extinção do processo cautelar sem julgamento do mérito.
  - b) sobrestamento do processo cautelar até a propositura da ação principal.
  - c) prosseguimento do processo cautelar até final julgamento.
  - d) a cautelar perderá a sua eficácia, podendo a parte renová-la por novo fundamento, reabrindo-se prazo para a propositura da ação principal.
  
2. Ajuizada a ação, designada audiência para apresentação de defesa, o Juiz Presidente determinou que o reclamante adequasse a petição inicial aos termos da lei sob pena de arquivamento, designando nova audiência para apresentação de defesa. Antes da audiência, o autor peticionou pedindo a desistência da ação e a Junta homologou a desistência sem dar ciência ao reclamado:
  - a) a desistência no caso era direito da parte, não necessitando de aquiescência da reclamada.
  - b) toda e qualquer desistência deve ser autorizada pela parte adversa, se já fora devidamente citada.
  - c) a citação da parte apenas impede a renúncia. A desistência poderá ser exercitada a qualquer momento antes do trânsito em julgado.
  - d) a desistência é um direito do autor e poderá ser exercitada a qualquer momento, mesmo após o trânsito em julgado.
  
3. Agravo regimental e sustentação oral no Tribunal Superior do Trabalho:
  - a) não há.
  - b) há como regra geral.
  - c) há só nos casos definidos em lei.
  - d) há no caso de despacho indeferitório de mandado de segurança.
  
4. Penhora. Substituição de imóvel penhorado por outro sem a anuência do exequente:
  - a) a substituição é correta face ao princípio da execução menos gravosa.
  - b) a substituição é correta face ao que determina a lei.
  - c) a substituição é incorreta.
  - d) a substituição do bem penhorado está contida no poder do juiz de direção do processo.
  
5. Verificou-se, em determinado processo, que a parte abandonou a causa por mais de 30 dias, deixando de promover os atos e diligências que lhe competiam. Conseqüências, tendo em vista o poder do juiz de condução do processo:

- a) extinção imediata do processo sem julgamento do mérito
  - b) suspensão do processo com remessa ao arquivo onde aguardará a providência da parte por 6 meses, após o que será extinto sem julgamento do mérito
  - c) a parte será intimada para suprir a falta em 48 horas. Não suprida, será decretada a extinção do processo sem julgamento do mérito.
  - d) a parte será intimada para suprir a falta em 5 dias. Não suprida, será decretada a extinção do processo sem julgamento do mérito.
6. Divergência jurisprudencial em torno de interpretação de norma coletiva é suficiente para ensejar revista?
- a) sim.
  - b) não.
  - c) sim, se a divergência for entre Turmas ou Seção Especializada dos Regionais.
  - d) sim, se a norma coletiva a ser observada extrapolar a base territorial do Regional.
7. Proferida decisão em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, quem tem legitimidade para recorrer?
- a) a empresa de serviço público.
  - b) além da empresa de serviço público, o Ministério Público do Trabalho.
  - c) além da empresa de serviço público, o Presidente do Tribunal.
  - d) além dos interessados, o Presidente do Tribunal e o Ministério Público do Trabalho.
8. Credor licitou em hasta pública e arrematou bem cujo valor superava ao seu crédito. Pretendia apenas depositar a diferença entre o seu crédito e o valor da arrematação, mas não o fez. Conseqüências:
- a) a arrematação se convola em adjudicação, abrindo-se prazo para o depósito da diferença em 48 horas.
  - b) desfaz-se a arrematação e os bens serão levados a hasta pública sob as suas expensas.
  - c) perderá o valor da diferença em prol do devedor, valor que será descontado do seu crédito.
  - d) a arrematação passará para o segundo licitante pelo preço que fora por aquele ofertado.
9. Execução. A penhora será feita levando em conta a preferência indicada na:
- a) Lei dos Executivos Fiscais.
  - b) Código de Processo Civil.
  - c) Código de Processo Civil e na Lei dos Executivos Fiscais.

d) nenhuma das respostas acima

10. Execução. Levado o bem a praça ou leilão, o arrematante, após depositar o sinal de 20%, não completou o depósito, frustrando a arrematação. Conseqüências:
- a) o valor se reverte em favor da execução.
  - b) o valor se reverte em favor do exeqüente.
  - c) o valor se reverte em favor do exeqüente, mas somente poderá levantar o numerário a final.
  - d) o valor se reverte em favor do Estado para pagamento das custas e emolumentos tidos com a praça ou leilão.
11. Execução. Oficial encarregado de proceder à penhora verifica que os bens encontrados não são suficientes ao pagamento da dívida e das custas. Conseqüências:
- a) não deverá proceder a nenhuma penhora.
  - b) procederá à penhora normalmente.
  - c) nesse caso o oficial não penhorará, mas deverá descrever os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor.
  - d) procederá à penhora dos bens encontrados e a execução será sobrestada até que se consigam outros bens para levar a penhora a bom termo.

### PROCESSO CIVIL

12. Denominam-se “cartas solenes”:
- a) as cartas rogatórias.
  - b) as cartas de ordem.
  - c) as cartas rogatórias, precatórias e de ordem.
  - d) as cartas de arrematação, de adjudicação e de remição.
13. Testemunha. Tendo em conta que a testemunha portava breves notas para consulta, objetivando complementar esclarecimentos, o Juiz acolheu a contradita da parte contrária. Correção do procedimento:
- a) correto o procedimento, já que a testemunha deve depor sobre fatos que conhece, não se admitindo anotações adrede preparadas, salvo com a concordância da parte adversa.
  - b) incorreto o procedimento, posto que em tais casos deveria ouvir a testemunha como informante, pena de prejudicar a parte.
  - c) incorreto o procedimento, uma vez que não existe nenhuma ilegalidade na consulta de breves notas para complementar esclarecimentos.
  - d) correto o procedimento. Ao aceitar-se a consulta a breves notas, corre-se o risco de trazer para os autos depoimento direcionado pelo interessado com falseamento da verdade. Nem com o consentimento da parte isso seria possível.

14. Valor probante. Documento feito por oficial competente, sem a observância das formalidades legais, com assinatura das partes:
- a) o documento público para ter validade não poderá conter nenhum vício de forma ou de competência.
  - b) o documento público elaborado sem as observâncias das formalidades legais, mas feito por oficial competente, tem valor pleno, já que o oficial goza da presunção de veracidade do conteúdo.
  - c) o documento nesse caso terá valor probatório de documento particular.
  - d) a única saída, em se apresentando a hipótese, é o oficial sanar a irregularidade, pena de o documento ser considerado inexistente.
15. Do ponto de vista doutrinário, o que se entende por lacuna ontológica?
- a) é a proveniente do anquilosamento da lei.
  - b) é a proveniente de ausência da lei.
  - c) é a que tem sede apenas na norma de ordem pública.
  - d) é a que permite o uso da equidade quando se tratar de normas imperativas.
16. Segundo a lei, todos os meios legais bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa. Qual o princípio que rege a prova ilícita?
- a) princípio da proporcionalidade.
  - b) princípio da indeclinabilidade.
  - c) princípio da veracidade.
  - d) princípio da transparência.
17. Limites da coisa julgada. Duas pessoas foram reconhecidas, em escritura pública, como filhas naturais, por uma pessoa que depois morreu. Os irmãos do falecido propõem contra ambas, conjuntamente, ação de nulidade do reconhecimento, aduzindo ser falsa a paternidade, mas os autores nada provam e a demanda é repelida. Uma das irmãs descobre, posteriormente, que a outra, realmente, não é filha de seu pai e propõe contra ela ação de nulidade do reconhecimento. Aquela alega a existência da coisa julgada. É fundada a exceção?
- a) o tema paternidade já foi decidido pelo Judiciário e não mais poderá ser discutido. Fundada, pois, a exceção.
  - b) em se tratando de ação de estado não há trânsito em julgado, por tratar-se de direito indisponível. Infundada, pois, a exceção.
  - c) Infundada a exceção. Trata-se de situação inteiramente nova.
  - d) a discussão somente poderá ser ventilada por intermédio da ação rescisória com a deconstituição da primeira sentença e novo julgamento, uma vez que o tema "decidendum" é o mesmo.

18. Bem móvel arrematado em primeiro leilão por valor inferior à metade do valor de avaliação. Sabendo-se que o Superior Tribunal Justiça tem jurisprudência firmada sobre o tema, indique a resposta correta:
- a) a arrematação está correta.
  - b) a arrematação só seria possível com lance superior à metade do valor de avaliação.
  - c) em primeiro leilão o valor não poderá ser inferior ao da avaliação.
  - d) em primeiro leilão o valor deverá ser superior ao da avaliação.
19. Ação rescisória foi protocolizada em 06.03.91, sete dias antes do implemento do biênio decadencial. Todavia, os documentos que instruíram a exordial vieram aos autos em fotocópias sem autenticação. O Juízo despachou para que o autor sanasse o defeito, o que veio a ocorrer após o prazo decadencial. Indique a alternativa correta:
- a) o prazo decadencial parou por ocasião do ajuizamento da ação.
  - b) o despacho do juízo, permitindo que fosse sanada a falha, deu ao autor o direito de ver julgada a ação rescisória, sem falar em decadência.
  - c) não teve qualquer culpa, uma vez que, se fosse avisado por via telefônica ou por oficial de justiça imediatamente, teria sanado a falha no mesmo dia, não havendo falar em decadência.
  - d) ao instruir a inicial com documentos em fotocópias sem autenticação, sanando a falha quando já decorrido o período decadencial, incorreu na perda do direito.
20. Juiz que excede no prazo poderá ser privado de decidir naquele processo?
- a) não, já que a ninguém é dado privar o Juiz da competência que lhe é ínsita.
  - b) sim, designando-se outro Juiz para prosseguir naquele processo.
  - c) sim, já que o processo será obrigatoriamente avocado pelo Presidente do Tribunal, mediante pedido da parte ou do Ministério Público e distribuído a um relator.
  - d) não, mas em havendo a reclamação correicional, será dado prazo ao magistrado para sanar a falha; em persistindo poderá sofrer sanções administrativas.
21. Citação. Funcionário Público:
- a) não será citado na repartição em que trabalhar, salvo para evitar perecimento de direito.
  - b) poderá ser citado na repartição em que trabalhar, ainda que não seja caso de perecimento de direito.
  - c) somente será citado na repartição em que trabalhar com autorização do superior hierárquico que indicará a hora para evitar solução de continuidade nos trabalhos desenvolvidos.

- d) na qualidade de agente público, o funcionário não poderá ser citado na repartição em que trabalhar, salvo para evitar perecimento de direito.
22. Correspondência devolvida pelo Correio sob alegação de que a parte nega-se a assinar aviso de recebimento. Determinada a citação por Oficial de Justiça, não é encontrada. Como será feita a citação?
- a) por edital.
  - b) por registrado postal.
  - c) por hora certa.
  - d) o oficial deverá dirigir-se ao local por mais duas vezes e, se ainda assim não conseguir, deverá providenciar a citação por hora certa.

### DIREITO DO TRABALHO

23. A falência traduz a ruptura do vínculo empregatício. Todavia, havendo concordata na falência, a rescisão do contrato de trabalho:
- a) a critério da concordatária será tornada sem efeito desde que efetue o pagamento dos salários devidos durante o interregno.
  - b) obrigatoriamente é tornada sem efeito sem nenhum ônus para a concordatária.
  - c) a critério dos contratantes, é tornada sem efeito e, em face do princípio da continuidade do vínculo empregatício, não há necessidade de pagamento de qualquer importância.
  - d) a critério dos contratantes, é tornada sem efeito, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.
24. Rural. Em trabalho contínuo com duração superior a 6 horas, é obrigatório intervalo:
- a) 30 minutos.
  - b) 60 minutos.
  - c) de conformidade com os usos e costumes da região.
  - d) 60 minutos, observados os usos e costumes da região.
25. Empregado de sociedade de economia mista requereu a aposentadoria e foi readmitido sem concurso 6 (seis) meses depois:
- a) correto o ato de readmissão.
  - b) o ato estaria correto se fosse readmitido imediatamente.
  - c) o ato de readmissão exige prévio concurso.
  - d) o ato de readmissão 6 meses depois exige prévio concurso.
26. Sentença normativa. Cassação do efeito suspensivo dado ao recurso. Conseqüências:

- a) a cassação retroage à data do despacho concessivo, com efeitos “*ex tunc*”.
- b) a cassação não retroage e seu efeito é “*ex nunc*”.
- c) a cassação nenhum efeito terá uma vez que o cumprimento só se dará com o trânsito em julgado.
- d) a cassação nenhum efeito terá já que a sentença normativa tem efeito constitutivo com a criação de novos direitos ou com a complementação de direitos já existentes não tendo efeito executório.

27. Empregador. Conceito, sabendo-se que desenvolve objetivo econômico.

- a) é a empresa.
- b) é o estabelecimento.
- c) é a pessoa física ou jurídica que dirige a empresa.
- d) é a pessoa física ou jurídica que dirige a empresa ou o estabelecimento.

28. Radialista propõe ação contra sua empregadora pleiteando a rescisão indireta do contrato com base no art. 28 do Decreto nº 84.134/79 que diz “*in verbis*”: “A empresa não poderá obrigar o Radialista, durante o desempenho de suas funções, a fazer uso de uniformes que contenham símbolos, marcas ou qualquer mensagem de caráter publicitário”. Sabe-se que a empresa obrigava o autor e demais empregados ao uso da “marca identificadora do empregador”. Em defesa, a empregadora alegou a improcedência calcada no fato de não ser ilegal o simples porte de símbolos da empresa ou marcas identificadoras da mesma. E que tais exigências estavam contidas no seu poder de comando. Conseqüências, sabendo-se que o contrato durara mais de dois anos:

- a) a exigência era legal.
- b) a exigência era ilegal, mas houve concordância tácita do trabalhador.
- c) a exigência era ilegal, mas deveria o trabalhador demonstrar antes o seu inconformismo através de notificação. Somente após essa demonstração de discordância, poderia ajuizar pedido de rescisão indireta.
- d) a exigência era ilegal.

29. Empregado que havia doado sangue de forma voluntária no exercício que adquiriu período de férias, tendo comprovado o fato perante o empregador, poderá deixar de comparecer ao serviço?

- a) por um dia.
- b) não tem direito a faltar.
- c) o único benefício é que não está obrigado a trabalhar no dia em que doou sangue.
- d) o doador voluntário não tem qualquer direito a faltar; apenas o empregador, mediante o comprovante, não poderá impor punição.

30. Salário ajustado por tarefa, garantido o mínimo legal. Sabe-se que no período de 12 meses excedeu em oito meses e não atingiu o parâmetro mínimo nos demais meses. Conseqüências:
- a) a empresa arca com o ônus naqueles meses em que o empregado não atingiu o mínimo, mas poderá compensar-se pelas diferenças nos meses em que ultrapassou.
  - b) a empresa arca com o ônus naqueles meses em que o empregado não atingiu o mínimo, e não poderá fazer qualquer compensação.
  - c) a compensação somente poderá ser feita por ocasião do pagamento do 13º salário.
  - d) a compensação somente será possível se expressamente pactuada.
31. "A" exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho.
- a) a peculiaridade de exercer atividade externa não traduz condição para ser anotada na CTPS.
  - b) apenas por cautela deve a empresa fazer a anotação.
  - c) a empresa está obrigada a fazer a anotação na CTPS e no registro de empregados.
  - d) a empresa está obrigada apenas a proceder a anotação no registro de empregados.
32. Houve interrupção do trabalho por causa acidental que impediu a realização dos serviços. Pretende a empresa fazer prorrogação de jornada com o escopo de tirar o atraso:
- a) não poderá exceder jornada de 10 horas.
  - b) não poderá exceder jornada de 12 horas e o período de 90 dias, desde que competentemente autorizado.
  - c) não poderá exceder jornada de 12 horas.
  - d) deverá conseguir autorização prévia da autoridade competente, o período não poderá ser superior a 45 dias e a jornada não poderá exceder a 10 horas.
33. Professor. Gala ou luto pelo falecimento do cônjuge:
- a) 2 dias.
  - b) 9 dias.
  - c) 3 dias.
  - d) 8 dias.

### DIREITO PENAL

34. A mãe auxiliou o filho a tornar seguro o produto de furto, sem visar proveito próprio, com o escopo de proteger o filho. Teria cometido algum crime?

- a) cometeu crime de favorecimento real
  - b) a situação é de co-autoria
  - c) não cometeu nenhum crime por ser mãe do autor do furto e por não ter agido com "*animus furandi*".
  - d) cometeu o crime de favorecimento pessoal ao pretender esconder o crime praticado pelo filho.
35. Advogado que, na qualidade de procurador, defende simultaneamente autor e réu. Comete:
- a) infração disciplinar punível pela OAB.
  - b) crime de patrocínio infiel.
  - c) crime de tergiversação.
  - d) ato atentatório à dignidade da justiça.

### DIREITO CIVIL

36. O encargo: óbice à aquisição ou ao exercício de direito:
- a) o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto como condição suspensiva.
  - b) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice à aquisição, não ao exercício de direito de forma precária.
  - c) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice ao exercício do direito, não à aquisição.
  - d) o encargo, enquanto não cumprido, se traduz em óbice à aquisição ou ao exercício de direito.
37. As partes pactuaram a compra e venda de linha telefônica, ocasião em que constaram do compromisso que a alienação somente teria valor se lavrada por instrumento público:
- a) em se tratando de bem móvel, a alienação se aperfeiçoa com a simples tradição, bastando que seja efetuada a transferência.
  - b) ainda que não seja da substância do ato, o pactuado deve prevalecer.
  - c) pelo pactuado, a venda por instrumento público tornou-se da substância do ato.
  - d) a alienação poderá ser levada a efeito por instrumento público ou particular.
38. Traslados e certidões extraídos dos respectivos originais que foram produzidos em juízo como prova de algum ato. Natureza:
- a) valor probatório relativo ao de prova emprestada.
  - b) simples ato judicial com valor dentro do processo.
  - c) instrumento público.

- d) instrumento particular, ainda que produzido em juízo.
39. Dispõe a lei: "Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência". A exceção legal tem suporte no princípio:
- a) repristinatório ou ripristinatório.
  - b) da ordem pública.
  - c) da retroatividade, quando expressa na lei.
  - d) do paralelismo das normas.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

40. O requerimento para a concessão do auxílio-reclusão deverá ser instruído com:
- a) sentença criminal condenatória.
  - b) certidão do efetivo recolhimento à prisão.
  - c) declaração de permanência na condição de presidiário.
  - d) declaração do empregador de que o segurado não está recebendo remuneração.
41. Empresa não dispõe de serviço médico próprio mas mantém convênio médico. Abono de faltas até 15 dias:
- a) a Previdência transferiu expressamente para a empresa, desde que disponha de serviço médico, próprio ou em convênio.
  - b) a Previdência transfere para a empresa, só quando esta dispuser de serviço médico próprio.
  - c) cuida-se de função da Previdência, indelegável.
  - d) cuida-se de função da Previdência que poderá ser transferida para a empresa, mediante convênio, quando esta mantiver serviço médico próprio.
42. Auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho. Responsabilidade pelos primeiros 15 dias:
- a) da previdência.
  - b) da previdência se o empregado tiver mais de um ano de contribuição.
  - c) da empresa ou pessoa jurídica.
  - d) da empresa ou pessoa jurídica se o empregado tiver mais de um ano de contribuição.

### DIREITO INTERNACIONAL

43. Obrigação contratual que deva ser executada no território de outro país, ou que diga respeito a contrato de trabalho entre o Estado e o indivíduo e que tenha de ser executado no território do Estado do foro do contrato. Consequências:

- a) O princípio da soberania não permite que um Estado seja executado no foro de outro Estado.
- b) Nesse caso a soberania do Estado executor se sobrepõe.
- c) A possibilidade executória é excepcionada para o caso de delitos.
- d) A execução será possível.

### DIREITO COMERCIAL

44. Pedido de falência. Alegação de anatocismo. Alternativa correta:
- a) capitalização de juros sobre uma importância emprestada.
  - b) falsidade do título exequendo.
  - c) irregularidade formal do título em que faz suporte o pedido de falência.
  - d) desaparecimento doloso do fundo de comércio.
45. Quem poderá usar da ação revocatória e em que prazo?
- a) o síndico, no prazo de 30 dias da publicação do aviso, no órgão oficial, de que iniciará a realização do ativo e o pagamento do passivo.
  - b) o síndico, no prazo de 60 dias da publicação do aviso, no órgão oficial, de que iniciará a realização do ativo e o pagamento do passivo ou qualquer credor decorrido esse prazo.
  - c) o síndico, no prazo de 30 dias da publicação do aviso, no órgão oficial, de que iniciará a realização do ativo e o pagamento do passivo ou qualquer credor decorrido esse prazo.
  - d) o síndico, no prazo de 60 dias da publicação do aviso, no órgão oficial, de que iniciará a realização do ativo e o pagamento do passivo ou qualquer credor, sócio ou diretor, decorrido esse prazo.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

46. Ato coletivo. É aquele que:
- a) é emanado dos denominados colégios.
  - b) engloba toda uma categoria.
  - c) engloba vários beneficiários.
  - d) se forma pela reunião de vários atos.
47. Autarquia instituída no sentido de interesse público e com finalidade determinada. Rege-se pelo princípio da:
- a) organicidade.
  - b) tipicidade.
  - c) especialidade.

d) finalidade.

48. Declaração de nulidade e anulação:

- a) na nulidade aprecia-se o ato administrativo tão somente; na anulação, ao revés, há que apreciar-se o interesse do promovente.
- b) na nulidade aprecia-se o ato administrativo e também o interesse do promovente; na anulação há que apreciar-se o interesse da administração.
- c) na nulidade aprecia-se o ato administrativo em função da oportunidade e conveniência do administrador; na anulação aprecia-se o ato administrativo tão somente.
- d) ambas as hipóteses estão vinculadas à apreciação tão somente do ato administrativo.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

49. Tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Competência para resolver:

- a) Presidente da República com o referendo do Congresso Nacional.
- b) Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República.
- c) Congresso Nacional.
- d) Presidente da República.

50. Suponha-se que em primeira votação para eleição presidencial nenhum candidato consiga maioria absoluta e que um dos candidatos classificados para o segundo turno venha a falecer antes das eleições. Como se resolverá o impasse, sabendo-se que os dois candidatos remanescentes receberam a mesma votação?

- a) convoca-se o candidato mais idoso.
- b) anula-se o primeiro turno e convocam-se eleições gerais.
- c) convoca-se nova eleição para a escolha do candidato ao segundo turno, ressalvado o direito do candidato já eleito em primeiro turno.
- d) vence as eleições o candidato remanescente e que logrou aprovação no primeiro turno.